

EDITAL Nº 1/2026

Processo nº 53500.106110/2025-76

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EDITAL Nº 90001/2026

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel torna público a toda a sociedade que estão abertas as inscrições para a **3ª Edição do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações**, voltado a fortalecer os vínculos da Anatel junto à comunidade acadêmica, a disseminar a cultura da regulação nas suas mais diversas dimensões (técnica, econômica e jurídica) e estimular o desenvolvimento de estudos sobre temas de relevância estratégica para o setor de telecomunicações.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Criada pela Lei Geral de Telecomunicações (LGT), a Anatel busca a promoção do desenvolvimento das telecomunicações do país de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura, com a oferta de serviços adequados, diversificados e a preços justos em todo o território nacional. Conforme o Plano Estratégico 2023-2027, aprovado em novembro de 2022 e atualizado em outubro de 2024 (disponível em <https://www.gov.br/anatel/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/planejamento-estrategico>), a atuação regulatória da Agência está alinhada aos principais instrumentos de planejamento governamental, como o Plano Plurianual (PPA), às políticas públicas para o setor de telecomunicações e à Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (EFD). A atuação da Anatel também contribui com a Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas.

1.2. Com base nesse compromisso, o Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Cead) desenvolveu o Prêmio Mérito Rondon, doravante chamado “Prêmio”, com a finalidade de estimular estudos sobre temas de relevância estratégica para o ecossistema digital e para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Em sua 3ª Edição, o Prêmio reconhecerá os melhores trabalhos submetidos nas categorias “Artigos Acadêmicos” e “Inovação”.

1.3. O Prêmio faz parte do programa do Cead dedicado à Alta Educação em Regulação de Telecomunicações e no compromisso de fomentar estudos qualificados e debate acadêmico do setor de telecomunicações.

1.4. A organização geral do Prêmio ficará a cargo da Comissão Organizadora, enquanto a avaliação e classificação dos trabalhos submetidos ficará a cargo da Comissão Julgadora.

1.5. As datas previstas neste Edital seguem o cronograma indicativo a seguir:

Atividade	Período previsto
Publicação do Edital do Prêmio Mérito Rondon	junho de 2026
Período de impugnação do Edital	12/06/2026 a 16/06/2026
Análise de pedidos de impugnação do Edital	17/06/2026 a 24/06/2026
Recebimento das inscrições e submissão de trabalhos pelos participantes	25/06/2026 a 10/08/2026
Verificação de admissibilidade	11/08/2026 a 17/08/2026
Divulgação da lista de participantes inscritos	18/08/2026
Recebimento de recursos	19/08/2026 a 21/08/2026
Análise de recursos	22/08/2026 a 31/08/2026
Divulgação da lista de inscrições homologadas	01/09/2026
Análise e avaliação dos trabalhos	02/09/2026 a 30/09/2026
Divulgação do resultado preliminar na Internet	01/10/2026
Recebimento de recursos	02/10/2026 a 06/10/2026
Análise de recursos	07/10/2026 a 14/10/2026
Divulgação do resultado final	15/10/2026
Envio da solicitação de participação na cerimônia de premiação	16/10/2026
Solenidade de premiação	novembro de 2026
Publicação dos trabalhos vencedores pelo Cead	dezembro de 2026

1.6. O cronograma poderá ser alterado, a critério da Comissão Organizadora e conforme a necessidade da Anatel, com a devida atualização do Edital e comunicação à sociedade.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições no Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações serão recebidas de 25 de junho de 2026 até às 23h59 de 10 de agosto de 2026, pelo horário de Brasília-DF.

2.2. É considerada como data de inscrição a data do envio do formulário eletrônico de inscrição, sendo rejeitadas as inscrições enviadas após a data e hora limite estipuladas.

2.3. Os documentos referentes às inscrições, ao Artigo Científico e à Inovação deverão ser redigidos em língua portuguesa.

2.4. As inscrições serão realizadas por meio de formulário eletrônico próprio, cujo link de acesso será divulgado na página do Cead, na Internet, em que deverão ser incluídos os seguintes documentos obrigatórios:

I - Currículo Lattes; e

II - cópia simples de documento oficial de identificação (CNH, carteira de identidade ou equivalente) e de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do candidato, caso não conste no documento oficial de identificação.

2.5. Serão desclassificados os(as) candidatos(as) que não atenderem aos requisitos estabelecidos neste Edital.

2.6. Será aceita apenas uma inscrição por candidato(a). Havendo mais de uma, será considerada a inscrição mais recente.

2.7. No ato da inscrição, o(a) candidato(a) autorizará a publicação de seu trabalho, de acordo com a conveniência e a oportunidade da Administração Pública, declarando a expressa e inequívoca ciência e submissão às regras, devendo liberar o uso de imagem, áudio e vídeo pela Comissão Organizadora, exclusivamente para questões atinentes ao Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações.

2.8. A Anatel fica autorizada a adequar os textos a seus formatos de publicação.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão se inscrever no Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações, de forma gratuita, pessoas físicas brasileiras ou estrangeiras, desde que residentes no Brasil e com documentação brasileira, com no mínimo 18 (dezoito) anos completos no momento da inscrição.

3.2. Serão aceitos trabalhos individuais ou em grupo, admitida a coautoria, desde que haja a identificação de um(a) único(a) representante para fins de inscrição e comunicação com a Comissão Organizadora.

3.3. Ficam impedidos de participar do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações:

I - servidores(as), funcionários(as), colaboradores(as) e estagiários(as) da Anatel, incluindo os de outros órgãos em exercício na Agência;

II - membros da Comissão Organizadora ou da Comissão Julgadora;

III - cônjuges, companheiros(as) e parentes até o primeiro grau das pessoas enumeradas nos incisos I e II;

IV - pessoas físicas declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

V - pessoas físicas que tenham registros no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

3.3.1. O(A) candidato(a) que omitir informação a respeito de impedimento será automaticamente desligado(a) da premiação, sem prejuízo das medidas de responsabilização cabíveis.

3.3.2. O(A) candidato(a) que omitir informação a respeito de impedimento deverá, se for o caso, ressarcir as despesas previstas no item 8.2.

3.4. Os Artigos Acadêmicos e as Inovações deverão ser, obrigatoriamente, de autoria do(a) participante inscrito(a), sob pena de sua desclassificação, sem prejuízo de sua responsabilização por danos eventualmente causados, direta ou indiretamente, à Anatel e ao Cead.

3.4.1. Fica vedada a elaboração de Artigos Acadêmicos e Inovações com o emprego de ferramentas de inteligência artificial (IA) generativa, salvo se houver declaração expressa de sua utilização pelo(a) autor(a), acompanhada da apresentação do Termo de Responsabilidade e Declaração de Uso de Inteligência Artificial Generativa, conforme modelo previsto no Anexo II, deste Edital.

3.4.2. O uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) generativa ou similares sem a correspondente declaração à Comissão Organizadora, na forma estabelecida no Anexo II, deste Edital, constitui descumprimento das disposições editalícias.

3.5. As inscrições e os Artigos Acadêmicos e as Inovações deverão ser redigidos em língua portuguesa, com as exceções previstas no item 5.6, II, h, j e l.

3.6. A participação no Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações é voluntária e eventuais despesas com a elaboração do trabalho e entrega são de responsabilidade do(a) participante, sem possibilidade de custeio ou ressarcimento pela Anatel ou Cead.

3.7. Os(As) interessados(as) poderão concorrer em ambas as categorias de premiação.

4. DAS CATEGORIAS E DOS TEMAS

4.1. O Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações abrange duas categorias, conforme detalhamento a seguir:

- I - “Artigos Acadêmicos”, que tem como objetivo incentivar a produção científica, com base nos temas propostos no item 4.3, deste Edital, reconhecendo os trabalhos de maior qualidade técnica; e
- II - “Inovação”, que tem por finalidade estimular o desenvolvimento e criação de soluções inovadoras para desafios regulatórios ou tecnológicos identificados pela Anatel, reconhecendo os trabalhos de maior inovação, potencial de impacto setorial e geral e qualidade técnica, conforme item 4.5, deste Edital.

4.2. Cada candidato poderá apresentar no máximo 1 (um) trabalho distinto por categoria.

4.3. Para a categoria “Artigos Acadêmicos”, o(a) participante deverá optar por um dos seguintes temas:

- I - Agenda 2030 e comunicações digitais: regulação e governança para ampliar participação social, reduzir desigualdades e promover sustentabilidade.
- II - Governança e regulação do uso de IA em redes e serviços de comunicações digitais: transparência, responsabilização e gestão de risco; ou
- III - Radiodifusão pública: expansão das redes e impactos para a democracia.

4.4. Artigos acadêmicos que não se adequem às temáticas apresentadas no item 4.3 serão desclassificados.

4.5. Para a categoria “Inovação”, o(a) participante deverá apresentar proposta de solução inovadora relacionada aos seguintes temas, conforme desafio descrito:

- I - inteligência da fiscalização;
- II - jornada do provedor;
- III - transparência setorial.

Nesse contexto, apresenta-se a seguinte proposição:

“SCM Regular: Inteligência Regulatória para Combate à Prestação Irregular e Regularização de Provedores de Internet”.

Descrição do Problema

A prestação irregular de serviços de telecomunicações, especialmente na banda larga fixa, compromete a concorrência, fragiliza a proteção do consumidor e dificulta a atuação regulatória. A existência de provedores que operam sem a devida regularização ou com informações cadastrais incompletas gera assimetrias competitivas, reduz a transparência do setor e amplia riscos técnicos, jurídicos e econômicos para os usuários e para o ecossistema de telecomunicações como um todo.

Em 2025, a Anatel aprovou um Plano de Ação nacional voltado ao combate à concorrência desleal e à regularização da prestação de banda larga fixa, com medidas como notificação obrigatória para regularização, atualização cadastral, envio de informações operacionais, fiscalização continuada e aplicação de sanções em caso de descumprimento. O plano também prevê mecanismos para dar maior visibilidade aos agentes regulares perante o consumidor.

Os dados mais recentes mostram a dimensão do problema. Até maio de 2026, mais de 5 mil provedores foram excluídos do cadastro oficial por não se regularizarem no prazo estabelecido, ao mesmo tempo em que a Agência passou a realizar operações semanais de fiscalização contra prestadores irregulares, com apreensão de equipamentos e outras medidas repressivas. Esse cenário indica que o desafio não é apenas punir a clandestinidade, mas também criar meios mais eficientes para estimular, facilitar e monitorar a regularização dos novos entrantes e dos pequenos prestadores.

Lacuna de Inovação

Embora já existam iniciativas regulatórias e fiscalizatórias em curso, ainda há espaço para soluções inovadoras que permitam:

- I - identificar indícios de prestação irregular de forma mais rápida;
- II - facilitar a jornada de regularização de novos provedores;
- III - reduzir barreiras burocráticas e informacionais para entrada regular no mercado;
- IV - aperfeiçoar o acompanhamento cadastral e operacional dos prestadores;
- V - orientar o consumidor sobre a diferença entre provedores regulares e irregulares;
- VI - apoiar ações de fiscalização com priorização por risco.

Hoje, parte relevante do problema decorre não apenas da clandestinidade deliberada, mas também da ausência de instrumentos simples, digitais e escaláveis para triagem, orientação, regularização assistida e

monitoramento contínuo dos provedores de pequeno porte. Pequenos provedores têm peso expressivo no mercado de banda larga e a regularização pode ampliar segurança jurídica, qualidade do serviço e equilíbrio concorrencial.

Desafio Proposto

O desafio consiste em desenvolver solução tecnológica, operacional ou regulatória capaz de **prevenir, identificar e reduzir a prestação irregular de serviços de telecomunicações**, bem como **estimular e facilitar a regularização de novos provedores de internet**, especialmente no âmbito da banda larga fixa.

A proposta poderá contemplar, entre outros elementos:

- I - sistemas de detecção de indícios de operação irregular;
- II - painéis de inteligência para fiscalização orientada por risco;
- III - soluções digitais de apoio à regularização cadastral e operacional;
- IV - ferramentas de *onboarding* regulatório para novos provedores;
- V - mecanismos de classificação de conformidade;
- VI - modelos de comunicação simplificada com pequenos prestadores;
- VII - instrumentos de orientação ao consumidor sobre regularidade do provedor;
- VIII - soluções para acompanhamento de prazos, pendências e requisitos regulatórios;
- IX - avaliação da origem lícita dos equipamentos utilizados pelos provedores;
- X - mecanismos para regularização das obrigações trabalhistas;
- XI - Mapeamento do mercado de atacado dos provedores de conexão.

Questão

Quais soluções tecnológicas, operacionais ou regulatórias podem ser adotadas para ampliar a identificação da prestação irregular de serviços de telecomunicações e, ao mesmo tempo, facilitar a regularização de novos provedores de internet, promovendo concorrência leal, proteção ao consumidor, verificação da origem lícita dos equipamentos, regularização das obrigações trabalhistas, mapeamento da capacidade dos provedores de atacado e o fornecimento de conexão e maior efetividade regulatória?

4.6. Inovações que não se adequem a atender os desafios apresentados no item 4.5 serão desclassificadas.

5. DA SUBMISSÃO DOS ARTIGOS ACADÊMICOS E INOVAÇÕES

5.1. O período para submissão dos trabalhos coincide com aquele destinado ao envio das inscrições no Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações constante do item 2.1.

5.2. É considerada como data de inscrição, a data do envio do formulário de inscrição, sendo rejeitadas as inscrições enviadas após a data e hora limite estipuladas.

5.3. Os trabalhos devem ser enviados exclusivamente por meio de formulário eletrônico específico, disponível na página do Ceadi na Internet.

5.4. No formulário de submissão do Artigo Acadêmico ou da Inovação, o(a) participante declarará, em campo próprio, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e que cumpre plenamente os requisitos definidos no instrumento convocatório;
- b) que não fez uso de inteligência artificial (IA) generativa para elaboração de Artigo Acadêmico ou Inovação apresentados com o intuito de participar da 3ª Edição do Prêmio Mérito Rondon, ou o seu uso deverá ser declarado, devendo o(a) autor(a) apresentar Termo de Responsabilidade e Declaração de Uso de Inteligência Artificial Generativa, conforme modelo contido no Anexo II;
- c) que o Artigo Acadêmico ou a Inovação submetidos no ato de inscrição ao Prêmio é, de sua autoria, não havendo sido publicado em meio impresso ou eletrônico, tais como livros, revistas acadêmicas e outros periódicos de grande circulação, nem ter sido submetido a periódico ou constar em processo de avaliação para fins de publicação;
- d) que o Artigo Acadêmico ou a Inovação não constituem plágio, total ou parcial, estando ciente da possibilidade de aplicação de sanções administrativas e judiciais, caso seja constatada qualquer forma de plágio, bem como que tem ciência do que preveem o art. 184, do Código Penal, e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, sobre os Direitos Autorais;
- e) que assume total responsabilidade pela veracidade das informações e pelos documentos apresentados; e
- f) que concorda com o Termo de Cessão de Direitos Patrimoniais de Autor(a), constante do Anexo III deste

Edital.

§ 1º Todos os trabalhos escritos deverão ser escritos e apresentados em arquivo no formato “pdf”, de forma anônima, sendo vedada qualquer característica que possa identificar o autor da obra, como identificação pessoal no título do documento, em seu conteúdo ou em seus metadados, e os dados da inscrição, sob pena de não serem aceitos para avaliação.

§ 2º No caso de proposta de Inovação, devem ser anexados todos os arquivos necessários para a compreensão da solução sugerida.

§ 3º No ato da inscrição do trabalho, deverão ser indicadas as seguintes informações:

I - categoria de premiação escolhida;

II - nome completo dos(as) autores(as) do Artigo Acadêmico ou da Inovação, acompanhado de dados de identificação (RG ou equivalente ou Passaporte, CPF e endereço) e de documentação correspondente, enviados em único arquivo, por representante do grupo;

III - mini-currículo atualizado dos(as) autores(as);

IV - endereço eletrônico de todos(as) os(as) autores(as) do trabalho;

V - identificação do(a) representante do grupo, dentre os(as) autores(as) do trabalho, no caso de coautoria.

5.5. Serão desclassificadas submissões realizadas fora do prazo ou sem os anexos necessários.

5.5.1. Em nenhuma hipótese serão aceitos trabalhos apresentados por meio diverso daquele disposto neste Edital e no Termo de Referência.

5.5.2. Serão desclassificados os trabalhos enviados sem identificação da categoria para a qual está concorrendo ou que não tenham atendido a todos os requisitos dispostos neste Edital.

5.6. Os Artigos Científicos submetidos para avaliação deverão:

I - atender aos requisitos de ineditismo, autoria, solidez metodológica e fundamentação técnico-científica, não publicado em meio impresso ou eletrônico, tais como livros, revistas acadêmicas e outros periódicos de grande circulação, nem ter sido submetido a periódico ou constar em processo de avaliação para fins de publicação, sob pena de desclassificação;

II - ser escritos na seguinte formação:

a) Tamanho do arquivo: de 15 a 25 páginas, numeradas, incluindo elementos pré-textuais, notas de rodapé e bibliografia;

b) Alinhamento: justificado;

c) Fonte: texto em fonte Times New Roman, normal, tamanho 12, na cor preta; título, na mesma fonte, tamanho 14; corpo de texto e citações, na mesma fonte e tamanho 10, na cor preta; e notas de rodapé na mesma fonte e tamanho 9, na cor preta (não utilizar notas de fim);

d) Espaçamento entre linhas: 1,5;

e) Citações: entre aspas – quando ultrapassar três linhas, usar recuo de 4 cm (nesse caso, não usar aspas); caso haja destaque em citação, indicar “grifo nosso”, se for do(a) autor(a) do Artigo Científico, e “grifo do(a) autor(a)”, se for do(a) autor(a) citado(a) (original);

f) Destaques em itálico (não utilizar negrito e sublinhado);

g) Título do Artigo em português;

h) Título do Artigo em inglês;

i) Lista de 5 palavras-chave em português

j) Lista de 5 palavras-chave e em inglês;

k) Resumo do Artigo em português com, no máximo, 10 linhas;

l) Resumo do Artigo em inglês com, no máximo, 10 linhas; e

m) Margens: superior e inferior de 2,0 cm, esquerda e direita de 3,0 cm.

III - ter o arquivo nomeado com o título do Artigo, em caixa alta;

IV - ser inscritos em formato anônimo e sem qualquer outra informação que possa identificar o(a) autor(a), sob pena de desclassificação;

V - incluir na capa do trabalho as seguintes referências: a identificação "Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações", o título do trabalho e o tema escolhido, dentre os listados no item 4.3, deste Edital.

VI - obedecer à NBR 10719 (Apresentação de relatórios técnico-científico), à NBR 10520 (Citação em documentos) e à NBR 6023 (Referências), todas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

VII - utilizar citações na forma estipulada pelas normas da ABNT, com utilização do sistema numérico, sem emprego de citações em sistema autor-data; e

- 5.7. As Inovações deverão responder aos desafios descritos no item 4.5, deste Edital.
- 5.8. Os recursos utilizados podem ser textos descritivos com a proposta conceitual da solução, bem como plataformas, algoritmos de busca e organização, sistemas de consultas, aplicações, painéis de controle e mecanismos de visualização de dados ou outras soluções de ciência de dados e inteligência artificial que ajudem a produzir, captar, interpretar e comunicar dados.
- 5.9. As Inovações devem ser funcionais e estar acessíveis na Internet, devendo o endereço eletrônico para acesso ser informado no formulário eletrônico de inscrição.
- 5.10. Também serão aceitas propostas apresentadas em formato conceitual, desde que passíveis de implementação.
- 5.11. A Inovação sediada na Internet deverá omitir o nome dos(as) autores(as) durante o período de realização do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações. Não sendo tecnicamente possível a omissão do nome dos(as) autores(as) na solução disponível na internet, deverá ser encaminhada ao Ceadí justificativa da situação por meio do endereço eletrônico premierondon2026@anatel.gov.br, dentro do período de inscrições.
- 5.12. Os custos para o desenvolvimento e entrega das Inovações são de integral responsabilidade dos(as) proponentes.
- 5.13. Não serão permitidas alterações posteriores ao envio dos trabalhos submetidos.
- 5.14. O plágio, em qualquer forma, resultará na exclusão do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações.
- 5.15. O Ceadí encaminhará confirmação de recebimento da mensagem de encaminhamento do trabalho, cabendo ao(a) candidato(a) o ônus de contatar o Ceadí caso não receba tal confirmação até dois dias úteis seguintes ao envio do trabalho.
- 5.16. Os dados pessoais solicitados para fins de submissão do Artigo Acadêmico ou da Inovação serão utilizados exclusivamente para o processamento das suas avaliações.
- 5.16.1. Com a submissão do Artigo ou da Inovação, o(a) titular dos dados consente com tal uso ao incluir e compartilhar seus dados pessoais com o Ceadí, na forma do Anexo IV.
- 5.16.2. Resguardam-se aos titulares o exercício das faculdades previstas na Lei Geral de Proteção de Dados.
- 5.17. Na submissão dos trabalhos, os(as) autores(as) são responsáveis por reconhecer e revelar eventuais conflitos de interesse que possam ter influenciado na sua elaboração, podendo tais conflitos serem de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica e financeira, dentre outros.
- 5.18. Caso haja financiamento de atividade ou pesquisa que, de alguma forma, tenha resultado no trabalho submetido, deverão ser indicadas as fontes financiadoras e as circunstâncias do financiamento em nota de rodapé no início do texto.
- 5.19. A premiação em dinheiro do trabalho, em quaisquer das categorias premiadas e em quaisquer das colocações, implica a cessão ampla e irrestrita dos direitos de reprodução e publicação respectivas, na forma do Anexo III, sem prejuízo da menção à sua autoria, não fazendo os(as) autores(as) jus a quaisquer contrapartidas financeiras adicionais em relação ao trabalho premiado.

6. DA APURAÇÃO DO RESULTADO

- 6.1. A avaliação das submissões, em revisão cega, será feita por Comissão Julgadora formada por membros com notório saber nas temáticas propostas e aprovados pelo Presidente do Ceadí, observando-se a promoção da igualdade de gênero na sua composição.
- 6.2. A Comissão Julgadora não terá conhecimento da identidade dos(as) autores(as) dos trabalhos até o final do período avaliativo.
- 6.3. Deverá declarar-se suspeito e abster-se de participar da avaliação de trabalho específico, o membro da Comissão Julgadora que for capaz de identificar indícios ou proceder ao reconhecimento da autoria do trabalho.
- 6.4. Os documentos de trabalho da Comissão Julgadora serão tratados como documentos preparatórios, de acordo com a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação, e serão mantidos em acesso restrito durante o seu desenvolvimento, sendo divulgados após a proclamação do resultado final do Prêmio.
- 6.5. A Comissão Julgadora adotará como critérios para a premiação as seguintes diretrizes:
- I - Para a Categoria Artigos Acadêmicos:
- a) originalidade de abordagem: inovação e criatividade na maneira de tratar o tema proposto;
 - b) adaptação da abordagem teórica e/ou empírica ao tema: conformidade entre o tema escolhido e as teorias ou dados utilizados para sustentá-lo;
 - c) clareza dos objetivos: definição objetiva e transparente do que se pretende alcançar com o Artigo;
 - d) adequação metodológica: escolha de métodos e técnicas compatíveis com o objeto de estudo e os objetivos propostos;
 - e) coerência nas análises e nos resultados: harmonia lógica entre as análises realizadas e as conclusões apresentadas;

- f) consistência nas discussões: argumentação sólida e embasada nas interpretações do estudo e na literatura existente;
- g) coerência da bibliografia com o tema proposto: referências atualizadas e relevantes para fundamentar o trabalho;
- h) estruturação do texto equilibrada, incluindo organização e precisão das partes do trabalho: organização lógica e bem distribuída das seções do Artigo, promovendo fluidez na leitura;
- i) redação apropriada: uso correto da linguagem, com objetividade, clareza e fluidez textual; e
- j) uso adequado de figuras, tabelas, ilustrações e referências bibliográficas: emprego preciso e funcional de elementos visuais e citações, contribuindo para o entendimento e a credibilidade do texto.

II - Para a Categoria Inovação:

- a) efetividade em responder ao desafio proposto: avalia se a solução de fato resolve o problema ou a oportunidade identificada, se cumpre o que promete de forma prática e funcional;
- b) inovação, criatividade e singularidade da solução: analisa o ineditismo da proposta, se a solução traz uma abordagem nova, utiliza tecnologias de forma inusitada ou resolve um problema antigo de um jeito nunca pensado antes;
- c) interesse público e impacto social: mede o quanto a inovação beneficia a sociedade como um todo, por exemplo com a melhoria de serviços públicos, a promoção da cidadania, a redução de desigualdades ou qualquer ganho direto para a população brasileira;
- d) qualidade técnica: examina o rigor na construção da solução, como a robustez da aplicação, a fundamentação metodológica, a segurança da informação e a viabilidade técnica da execução;
- e) nível de maturidade: observa o estágio de desenvolvimento da inovação, que vai desde uma Prova de Conceito (PoC) até um produto minimamente viável (MVP) ou já implementado;
- f) interesse setorial: verifica a relevância da solução especificamente para o ecossistema de comunicações digitais e para a missão da Anatel, se a proposta ajuda a desenvolver o setor de telecomunicações, melhora a regulação ou fortalece a infraestrutura digital do país;
- g) usabilidade, experiência do usuário e visual: avalia a interface e a facilidade de uso, se a utilização da solução é intuitiva, amigável e tem design que facilita a vida de quem vai operá-la; e
- h) acessibilidade: trata da capacidade da solução de ser utilizada por todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, seguindo padrões e normas técnicas de inclusão digital.

6.6. Para a Categoria Artigos Acadêmicos, a Comissão Julgadora atribuirá nota a cada iniciativa, de acordo com os critérios descritos anteriormente e as seguintes pontuações e pesos:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PESO	PONTUAÇÃO				
		1,0	0,75	0,50	0,25	0,00
a) Originalidade de abordagem	2,0					
b) Adaptação da abordagem teórica e/ou empírica ao tema	1,5					
c) Clareza dos objetivos	1,0					
d) Adequação metodológica	1,0					
e) Coerência nas análises e nos resultados	1,0					
f) Consistência nas discussões	1,0					
g) Coerência da bibliografia com o tema proposto	0,5					
h) Estruturação do texto equilibrada, incluindo organização e precisão das partes do trabalho	0,5					
i) Redação apropriada	1,0					
j) Uso adequado de figuras, tabelas, ilustrações e referências bibliográficas	0,5					
NOTA FINAL						

6.7. Para a Categoria Inovação, a Comissão Julgadora atribuirá nota a cada iniciativa, de acordo com os critérios descritos anteriormente e as seguintes pontuações e pesos:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PESO	PONTUAÇÃO				
		1,0	0,75	0,50	0,25	0,00
a) Efetividade em responder ao desafio proposto	2,0					
b) Inovação, criatividade e singularidade da solução	2,0					
c) Interesse público e impacto social	1,5					
d) Qualidade técnica	1,5					
e) Nível de maturidade	1,0					
f) Interesse setorial	1,0					
g) Usabilidade, experiência do usuário e visual	0,5					
h) Acessibilidade	0,5					

- 6.8. Para cada trabalho, conforme a categoria, deverá ser preenchido o formulário de avaliação, cujos critérios elencados anteriormente deverão ser descritos.
- 6.9. Os trabalhos serão avaliados por, no mínimo, 3 (três) membros da Comissão Julgadora, que atribuirão nota entre 0 (zero) e 1 (um) ponto para cada critério, sendo:
- a) 1,00: atende plenamente ao critério;
 - b) 0,75: atende satisfatoriamente ao critério;
 - c) 0,50: atende parcialmente ao critério;
 - d) 0,25: atende insatisfatoriamente ao critério; e
 - e) 0,00 (zero): não atende ao critério.
- 6.10. A nota final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples das notas dos avaliadores, aplicados os pesos.
- 6.11. Os trabalhos que não atenderem aos requisitos da categoria dispostos no item 6.5 serão desclassificados e não será atribuída nota pela Comissão Julgadora.
- 6.12. Os resultados da avaliação serão apreciados e discutidos pela Comissão Julgadora.
- 6.13. Serão classificados trabalhos que obtiverem nota final mínima de 50% do total da pontuação, em ordem decrescente das notas finais.
- 6.14. Entende-se por trabalhos selecionados aqueles que tiverem obtido as maiores notas.
- 6.15. Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará a candidatura que tenha apresentado, respectivamente, maior pontuação dos avaliadores no Critério de Avaliação "a", maior pontuação dos avaliadores no Critério de Avaliação "b", e assim sucessivamente.
- 6.16. A Comissão Julgadora é soberana em suas decisões, contra as quais não caberá recurso.
- 6.17. A Comissão Julgadora poderá, a seu exclusivo critério, conceder menções honrosas a trabalhos não premiados, que serão divulgados na página do Ceadí na Internet.

7. DO RESULTADO E DA PREMIAÇÃO

- 7.1. O resultado do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações será divulgado pela Internet, na página do Ceadí, na data prevista no cronograma do item 1.5.
- 7.2. A comunicação sobre a premiação, aos(às) contemplados(as), será informada individualmente, por meio eletrônico, no prazo previsto no cronograma do item 1.5.
- 7.3. A entrega dos prêmios será realizada na sede da Anatel, localizada no SAUS, Quadra 6, Blocos C, E, F e H, Brasília-DF, CEP 70070-940, sem prejuízo de eventual alteração do local de premiação, desde que realizada em Brasília-DF, em data a ser estabelecida e oportunamente informada.
- 7.4. Os trabalhos premiados serão publicados em periódico do Ceadí em sua página da Internet.
- 7.5. A Comissão Julgadora poderá, a seu exclusivo critério, decidir não conferir premiação em uma ou em ambas as categorias do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações, caso entenda que nenhum dos trabalhos possua qualidade satisfatória ou esteja adequado aos temas propostos.
- 7.6. Serão premiados os três melhores Artigos Acadêmicos e as três melhores Inovações, totalizando 6 prêmios, distribuídos da seguinte forma:
- I - 1º lugar: premiação em dinheiro no valor de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais), livre de impostos, e Certificado de Premiação, para cada um;
 - II - 2º lugar: premiação em dinheiro no valor de R\$ 12.500 (doze mil e quinhentos reais), livre de impostos, e Certificado de Premiação, para cada um;
 - III - 3º lugar: premiação em dinheiro no valor de R\$ 7.500 (sete mil e quinhentos reais), livre de impostos, e Certificado de Premiação, para cada um.
- 7.7. As retenções tributárias relativas ao Prêmio serão custeadas pela Anatel.
- 7.8. No caso de trabalhos de coautoria, o valor do prêmio será pago pela Anatel diretamente à pessoa identificada como representante no momento da inscrição, cabendo ao representante eventual divisão do prêmio entre os membros do grupo.

8. DAS DESPESAS

- 8.1. A inscrição no Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações é gratuita.
- 8.2. Para os(as) premiados(as) não residentes no Distrito Federal e entorno, a Anatel/Ceadí custeará:
- I - despesas com o deslocamento pessoal (somente passagem aérea) dos(as) premiados(as), ou seus/suas

representantes, entre a cidade mais próxima à sua residência com aeroporto comercial e a cidade de Brasília-DF; e

II - diárias correspondentes ao período das atividades presenciais, cujos valores obedecerão à legislação em vigor à época do seu pagamento.

8.3. Serão custeadas pela Anatel/Ceadí as passagens e diárias do(a) primeiro(a) ao(à) terceiro(a) colocado(a), em cada categoria, para participação na cerimônia de premiação, mediante solicitação formal dos(as) vencedores(as). O custeio de diárias e passagens aplica-se somente aos(às) vencedores(as) não residentes no Distrito Federal e entorno e está limitado ao custeio de 1 (uma) pessoa por inovação ou artigo vencedor.

8.4. Os(As) candidatos(as) selecionados(as) deverão confirmar sua participação na cerimônia de premiação, eletronicamente, até o dia 20 de outubro de 2026, encaminhando mensagem ao endereço eletrônico premierondon2026@anatel.gov.br, com o assunto “Confirmação Prêmio Rondon 2026 – [Nome do premiado]”.

8.5. As diárias destinam-se a indenizar os(as) premiados(as) por despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana durante o evento de premiação do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações, nos termos do art. 2º, do [Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006](#).

8.6. Os valores das diárias constam do Anexo I, do [Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006](#), na Classificação do Cargo/Emprego/Função de Demais cargos, empregos e funções.

8.7. É de inteira responsabilidade do(a) premiado(a) reservar e/ou contratar sua hospedagem.

8.8. A Anatel não custeará:

I - transporte de ida e volta entre a cidade de residência do(a) premiado(a) e a cidade mais próxima com aeroporto comercial;

II - quaisquer despesas adicionais dos(as) premiados(as); e

III - despesas de premiados(as) residentes no Distrito Federal e entorno.

8.9. Acerca dos custos mencionados no item 8.2:

8.9.1. a Anatel providenciará a emissão das passagens aéreas mencionadas no item 8.2, I;

8.9.2. as diárias previstas no item 8.2, II, serão depositadas pela Anatel exclusivamente/obrigatoriamente em conta bancária de titularidade do(a) premiado(a); e

8.9.3. a Anatel não arcará com os custos do(a) premiado(a), em caso de intempestividade no envio das informações exigidas.

9. DA INTERPOSIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO E DE RECURSOS

9.1. Nos termos deste edital o(a) candidato(a) poderá apresentar impugnação do Edital no prazo previsto no cronograma do item 1.5.

9.2. Os recursos referentes à etapa de admissibilidade das inscrições deverão ser apresentados no prazo previsto no cronograma do item 1.5.

9.3. Os recursos referentes à avaliação dos Artigos Acadêmicos ou das Inovações pela Comissão Julgadora deverão ser apresentados no prazo previsto no cronograma do item 1.5.

9.4. A impugnação e os recursos citados nos itens anteriores deverão ser interpostos exclusivamente por meio de formulário próprio, disponibilizado em na página do Ceadí, na Internet.

9.5. A Comissão Organizadora resolverá, em caráter definitivo, sobre a impugnação interposta.

9.6. A Comissão Julgadora resolverá, em caráter definitivo, sobre os recursos interpostos.

9.7. No caso de provimento do recurso interposto dentro das especificações, a nota/classificação inicial obtida pelo(a) candidato(a) poderá, eventualmente, ser alterada para uma nota/classificação superior ou inferior, ou ainda poderá ocorrer a desclassificação do(a) candidato(a) que não obtiver a nota mínima exigida para habilitação.

9.8. A impugnação ou o recurso interpostos fora da forma e dos prazos estipulados neste Edital não serão conhecidos.

9.9. Não serão aceitos pedidos de revisão de impugnação ou de recurso e/ou recurso de recurso e/ou pedido de reconsideração.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedado ao(à) candidato(a):

I - divulgar documentos, imagens, áudios e textos produzidos durante o Prêmio sem prévia anuência da Comissão Organizadora;

II - desempenhar qualquer atividade que conflite com o trabalho da Anatel;

III - comportar-se de maneira inadequada, especialmente quanto ao relacionamento com os(as) demais candidatos(as) e aos (às) servidores(as) da Anatel;

IV - manter sob guarda, retirar ou fazer uso impróprio de quaisquer documentos da Anatel; e

V - utilizar qualquer ferramenta de inteligência artificial (IA) generativa ou similar para elaboração dos trabalhos, sem informar à Comissão Organizadora, na forma do Anexo II.

10.2. Aquele que violar as regras estabelecidas neste Edital, nele incluídos seus anexos, estará sujeito a:

- I - exclusão do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações;
- II - desclassificação de seu trabalho, sem direito ao certificado de premiação, se for o caso;
- III - cancelamento do certificado;
- IV - ressarcimento dos gastos com diárias e passagens ao erário, previstos no item 8.2, deste Edital;
- V - medidas cíveis e penais cabíveis.

11. DA COMISSÃO ORGANIZADORA

11.1. Será designada por portaria específica a Comissão Organizadora, que terá como atribuições a organização geral do certame, como:

- I - avaliar as candidaturas submetidas ao Prêmio, com a respectiva documentação;
- II - esclarecer sobre os temas, na categoria Artigo Acadêmico, e o desafio, na categoria Inovação, dos trabalhos;
- III - acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos relacionados à organização do Prêmio;
- IV - sugerir eventuais alterações no Edital;
- V - expedir certificados para os(as) candidatos(as) premiados(as);
- VI - levantar as necessidades de logística e pessoal para o desenvolvimento do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações, solicitando o apoio das demais áreas da Agência, conforme necessário;
- VII - providenciar avaliação dos participantes sobre o Prêmio;
- VIII - aplicar as medidas previstas no item 10.2, deste Edital, se necessárias;
- IX - resolver, em caráter definitivo, sobre a impugnação interposta ao Edital;
- X - resolver situações de conflito e casos omissos quanto às questões administrativas do Prêmio; e
- XI - decidir, em última instância, sobre os aspectos gerais relacionados com a realização do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações.

11.2. A Comissão Organizadora será composta por servidores da Anatel, nomeados por Portaria de Pessoal do Presidente do Cead.

12. DA COMISSÃO JULGADORA

12.1. Será designada por portaria específica a Comissão Julgadora, que terá como atribuições:

- I - avaliar e classificar os trabalhos submetidos nas categorias Artigo Acadêmico e Inovação;
- II - resolver, em caráter definitivo, sobre os recursos interpostos; e
- III - resolver situações de conflito e casos omissos quanto às avaliações.

12.2. A Comissão Julgadora será formada por membros, nomeados por Portaria, com notório conhecimento técnico especializado nas temáticas propostas pelo Cead, observando-se os seguintes critérios:

- I - a composição da Comissão Julgadora deverá promover a igualdade de gênero;
- II - a quantidade de membros da Comissão Julgadora será proporcional à quantidade de inscrições de trabalhos recebidos no Prêmio;
- III - a Comissão Julgadora será composta por especialistas convidados, preferencialmente junto às instituições que a Anatel já possui relacionamento institucional consolidado, podendo contar com representantes da Anatel com notório saber nos temas objeto do Prêmio;
- IV - o Presidente do Conselho Superior do Cead nomeará e convocará os especialistas para participarem da Comissão Julgadora;
- V - a participação na Comissão Julgadora do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado;
- VI - as avaliações serão realizadas de forma remota, não havendo pagamento de diárias e passagens para esse fim.

13. DA VIGÊNCIA

13.1. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da emissão do empenho, após a seleção dos(as) vencedores(as), na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O(A) candidato(a), ao se inscrever, deverá assinar termo de consentimento específico de acesso e tratamento de dados pessoais, de acordo com a LGPD, nos termos do Anexo IV, para os atos inerentes ao Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos

Acadêmicos e Inovações, bem como para os atos necessários à publicação da revista de trabalhos premiados do Cead, quando for o caso, na forma do Anexo III.

14.2. Eventuais esclarecimentos relativos ao Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações e a este Edital deverão ser solicitados pelo endereço eletrônico premierondon2026@anatel.gov.br, com o assunto "Solicitação de Esclarecimentos Prêmio Rondon 2026 - [Nome do(a) Candidato(a)]".

14.3. Os Anexos a seguir listados são parte integrante deste Edital para todos os seus efeitos:

I - Anexo I: Formulário de Inscrição;

II - Anexo II: Modelo de Termo de Responsabilidade e Declaração de Uso de Inteligência Artificial Generativa;

III - Anexo III: Termo de Cessão de Direitos Patrimoniais de Autor(a); e

IV - Anexo IV: Termo de Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais;

V - Anexo V - Termo de Referência (SEI nº 15708654).

14.4. Os anexos mencionados no item anterior poderão integrar o formulário eletrônico de inscrição, permitindo seu preenchimento e submissão de forma eletrônica.

14.5. Este Edital deverá ser publicado de forma integral, incluídos seus anexos, na página da Anatel na Internet.

14.6. Este Edital segue assinado pela autoridade competente, responsável por sua aprovação, com fulcro no Regimento Interno da Anatel, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Borda de Abranches, Gerente de Aquisições e Contratos**, em 29/05/2026, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **15719683** e o código CRC **094ED9A6**.

1. ANEXO I - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

- 1.1. Nome completo:
- 1.2. Endereço residencial:
- 1.3. E-mail:
- 1.4. Telefone:
- 1.5. Formação:
- 1.6. Empresa/Instituição:
- 1.7. Categoria do Prêmio Mérito Rondon de interesse: () Artigo Acadêmico / () Inovação
- 1.8. Título do trabalho:
- 1.9. Autores(as) do trabalho:
- 1.10. É parente de algum servidor da Anatel? () Sim / () Não
 - 1.10.1. Caso afirmativo, indique o nome e o grau de parentesco.
 - 1.10.2. Nome: _____
 - 1.10.3. Grau de parentesco: _____
- 1.11. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e cumpre plenamente os seus requisitos. () Sim / () Não
- 1.12. Autoriza a Anatel e o Cead a publicar o trabalho final produzido, sem ressarcimento dos direitos autorais, visando a divulgação da produção científica brasileira, condicionada a conveniência e oportunidade da Administração Pública? () Sim / () Não
- 1.13. Asseguro que todas as informações aqui prestadas são verdadeiras, pelas quais assumo integral responsabilidade,

ciente de que, se a declaração for comprovadamente falsa, sujeitar-me-ei, na qualidade de declarante, às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, podendo implicar, ainda, na sanção penal prevista no art. 299, do Código Penal. () Sim / () Não

(cidade)_____, (dia)_____ de (mês)_____ de 2026

Assinatura do(a) Candidato(a)

2. ANEXO II -MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE E DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIF GENERATIVA

TERMO DE RESPONSABILIDADE E DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Eu _____[Nome do(a) Candidato(a)], portador(a) do documento de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declaro perante a Agência Nacional de Telecomunicações, para o fim determinado nos itens 2.4.1 e 2.4.2, do Edital nº XX/2026 Prêmio Mérito Rondon, que, para elaboração do Artigo Científico/da Inovação apresentado(a) com o intuito de participar do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações, voltado à seleção e premiação de trabalhos submetidos nas categorias “Artigos Acadêmicos” e “Inovação” :

- () não utilizei qualquer ferramenta de Inteligência Artificial Generativa na produção do material submetido.
- () utilizei ferramentas de Inteligência Artificial Generativa na produção dos textos submetidos, conforme descrito a seguir:

Autoria e Originalidade: O Artigo Científico/Inovação intitulado(a) " _____ " é de autoria original, sendo o conteúdo intelectual, as ideias, a análise e a interpretação desenvolvidos predominantemente pelo(a) autor(a).

Uso de Ferramentas de IA Generativa: Ferramentas de Inteligência Artificial Generativa foram utilizadas exclusivamente como suporte no processo de elaboração do texto, especificamente para:

Descrever a ferramenta utilizada a sua versão (ChatGPT, Midjourney, Copilot, Gemini, etc.): _____.

Descrever a finalidade específica, _____.

As possibilidades de utilização de Inteligência Artificial Generativa se limitam a: revisão de linguagem (correção ortográfica e gramatical, clareza e estilo de texto, títulos ou reestruturação de frases para maior); tradução (conversão do manuscrito ou partes dele para outro idioma); geração de texto (criação de rascunhos, sugestões ou partes específicas do conteúdo, devidamente revisadas pelo(a) autor(a)); análise de dados (processamento e interpretação inicial de conjuntos de dados); visualização de dados ou imagens (auxílio na geração ou refinamento de figuras, gráficos ou ilustrações); sugestões metodológicas (fornecimento de recomendações ou ideias para aprimorar abordagens de pesquisa).

Responsabilidade pelo Conteúdo: O(A) autor(a) assume total e exclusiva responsabilidade pelo conteúdo final da obra, garantindo a veracidade das informações, a precisão das citações e a conformidade com a ética e a integridade acadêmica/profissional. O uso da IA não gerou conteúdo original, ideias ou análises que não fossem revisadas, validadas e, se necessário, adaptadas pelo(a) autor(a).

Inovação e Plágio: O(A) autor(a) se compromete a não ter utilizado a IA para a geração integral ou substancial do texto, o que caracterizaria plágio ou fraude, estando ciente das penalidades previstas na legislação brasileira, notadamente quanto a direitos autorais e originalidade do conteúdo submetido.

Por ser a expressão da verdade, o presente termo é firmado.

(cidade)_____, (dia)_____ de (mês)_____ de 2026

Assinatura do(a) Autor(a)

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS DE AUTOR(A)

Este Termo de Cessão de Direitos Patrimoniais de Autor(a) ("Termo") é firmado entre _____[Nome do(a) Autor(a)], doravante denominado(a) CEDENTE, e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), representada pelo Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Cead), doravante denominada CESSIONÁRIA, tendo como objeto o Artigo Acadêmico [Título do Artigo] ou a Inovação [Título da Inovação], doravante denominado(a) OBRA.

Cláusula 1ª - Do Objeto

O presente Termo tem por objeto a cessão integral dos direitos patrimoniais de autor(a) relativos à OBRA, conforme previsto no item 2.7, do Edital nº XX/2026 Prêmio Mérito Rondon, promovido pela CESSIONÁRIA.

Cláusula 2ª - Da Cessão de Direitos

2.1. O(A) CEDENTE cede à CESSIONÁRIA, com base no art. 49, da Lei nº 9.610, de 1998, os direitos patrimoniais de autor(a) relativos à OBRA, autorizando expressamente a exibição, publicação, distribuição, divulgação e reprodução, em formato impresso ou digital, da totalidade ou de partes da OBRA, a critério da CESSIONÁRIA, por qualquer meio de comunicação, inclusive pela internet, por período indeterminado.

2.2. A cessão de direitos patrimoniais prevista neste Termo abrange o direito de uso da OBRA pela CESSIONÁRIA, em território nacional e internacional.

Cláusula 3ª - Dos Direitos Morais

3.1. A cessão de direitos patrimoniais objeto deste Termo não atinge os direitos morais do(a) CEDENTE sobre a OBRA, permanecendo vedada qualquer forma de adaptação, modificação de seu conteúdo ou supressão da autoria que prejudique a honra ou reputação do(a) autor(a), ressalvadas as alterações de formato para fins de publicação.

Cláusula 4ª - Da Declaração do(a) Autor(a)

4.1. O(A) CEDENTE declara, para todos os fins de direito, ser o(a) legítimo(a) autor(a) da OBRA e que ela é original e inédita. Declara, ainda, que a OBRA não constitui plágio em parte ou em sua totalidade, não infringindo quaisquer direitos de terceiros, inclusive direitos autorais e de imagem.

4.2. O(A) CEDENTE declara que não fez uso de inteligência artificial (IA) generativa para elaboração do Artigo Científico/da Inovação apresentado(a) ou fez uso conforme declarado.

4.3. O(A) CEDENTE assume total responsabilidade por eventuais reivindicações ou litígios que surjam em razão de violações de direitos autorais, direitos de imagem, ou quaisquer outros direitos de terceiros, comprometendo-se a isentar a CESSIONÁRIA de qualquer responsabilidade ou ônus decorrentes de tais reivindicações.

Cláusula 5ª - Da Condição de Efetividade da Cessão

5.1. A cessão de direitos patrimoniais de autor(a) prevista neste Termo está condicionada exclusivamente à declaração de OBRA vencedora, considerando os 3 (três) melhores Artigos Acadêmicos e as 3 (três) melhores Inovações, na 3ª Edição do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovação, promovido pela CESSIONÁRIA.

5.2. No caso de a OBRA submetida pelo(a) CEDENTE não ser declarada vencedora no referido Prêmio, este Termo será considerado sem efeito, sem que haja qualquer obrigação de cessão ou transferência de direitos patrimoniais de autor(a) por parte do(a) CEDENTE à CESSIONÁRIA.

5.3. Esta cláusula tem por objetivo garantir que a cessão de direitos patrimoniais de autor(a) seja efetivada somente sob a condição de que a OBRA seja oficialmente reconhecida e premiada pela CESSIONÁRIA no âmbito do Prêmio, assegurando a transparência e equidade do processo de cessão.

(cidade)_____, (dia)_____ de (mês)_____ de 2026

Assinatura do(a) Autor(a) (Cedente)

Por este Termo de Consentimento, eu, _____[Nome Completo do(a) Autor(a)], portador(a) do RG nº _____ e inscrito(a) no CPF/MF nº _____, doravante denominado TITULAR, declaro que autorizo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), inscrita no CNPJ sob o nº 02.031.594/0001-65, com sede em Brasília-DF, e seu Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Cead), a realizar o tratamento (coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração) dos meus dados pessoais, com o objetivo de viabilizar minha participação no Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações, conforme as diretrizes a seguir.

1. FINALIDADES DO TRATAMENTO

Os dados coletados serão utilizados especificamente para:

- a) Inscrição e Seleção: processar a candidatura e seleção para o Prêmio.
- b) Publicação e Divulgação: publicar, reproduzir e distribuir trabalhos acadêmicos, artigos ou relatórios elaborados no âmbito do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações, em formato físico ou digital, na revista de trabalhos premiados do Cead ou em portais da Anatel, citando o(a) autor(a).
- c) Comunicação: entrar em contato por e-mail, telefone ou mensagens para avisos sobre o Prêmio.

2. DADOS PESSOAIS TRATADOS

Para as finalidades descritas, a Anatel/Cead poderá coletar: nome completo, CPF, RG, endereço, e-mail, telefone, empresa/instituição, currículo, dados acadêmicos e, se necessário, dados bancários para pagamento dos custos previstos no Edital.

3. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

A Anatel/Cead poderá compartilhar os dados com parceiros institucionais diretamente ligados à execução do Prêmio, tais como instituições de ensino superior colaboradoras, empresas de logística para viagens/hospedagem, se for o caso, estritamente para os fins de execução do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações.

4. SEGURANÇA E ARMAZENAMENTO

A Anatel/Cead se compromete a adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, destruição, perda ou alteração, em conformidade com a LGPD e conforme previsto na Resolução Interna Anatel nº 464, de 16 de julho de 2025.

5. DIREITOS DO(A) TITULAR E REVOGAÇÃO

O(A) titular tem direito a obter da Anatel/Cead, a qualquer momento, a confirmação da existência de tratamento, acesso aos dados, correção, anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários.

6. REVOGAÇÃO

Este consentimento poderá ser revogado a qualquer tempo mediante solicitação expressa.

A desistência de participação no Prêmio implica a revogação deste Termo, mantidas as obrigações quanto ao tratamento dos dados do(a) Autor(a) desistente.

7. PRAZO DE TRATAMENTO

Os dados serão armazenados durante todo o período do Prêmio e, após seu término, para cumprimento de obrigações legais, auditoria do Cead ou histórico de produção acadêmica.

() Li, compreendi e consinto com o tratamento dos meus dados pessoais para as finalidades anteriormente descritas.

(cidade) _____, (dia) _____ de (mês) _____ de 2026

Assinatura do(a) Autor(a) (Titular)

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 53500.106110/2025-76

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se da realização de concurso relativo à terceira edição do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações e coordenado pelo Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Cead), com o objetivo de premiar os melhores artigos acadêmicos e inovações aplicadas às comunicações digitais, buscando reconhecer a excelência acadêmica e estimular a inovação no setor de telecomunicações, além de contribuir para o aprimoramento do setor regulado, a transformação digital da sociedade, a promoção da conscientização da temática e o debate acadêmicos de temas relacionados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Realização de concurso relativo à terceira edição do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações	12610	Un.	1	R\$ 116.617,42	R\$ 116.617,42

1.2. Consideradas as características do objeto, detalhada nos estudos preliminares, observa-se que se trata de premiação a ser concedida a artigos acadêmicos e a inovações para desafios tecnológicos, que podem ser escolhidos por meio da modalidade de licitação "concurso", conforme previsto no inciso XXXIX, do art. 6º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, *in verbis*:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXXIX - concurso: modalidade de licitação para escolha de **trabalho técnico, científico** ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de **prêmio** ou remuneração ao vencedor (grifos ausentes no original);

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. Consideradas as características do objeto, observa-se que se trata de premiação a ser concedida a artigos acadêmicos e a inovações para desafios tecnológicos, que podem ser escolhidos por meio da modalidade de licitação "concurso", conforme previsto no inciso XXXIX, do art. 6º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, *in verbis*:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXXIX - concurso: modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor (grifos ausentes no original);

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O objeto é enquadrado como não contínuo ou contratado por escopo.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da emissão do empenho, após a seleção dos vencedores, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 02030715000112-0-000001/2026
- II - Data de publicação no PNCP: 12/05/2025
- III - Id do item no PCA: 22
- IV - Classe/Grupo: 962 - Serviços de promoção e apresentação relacionados as artes cênicas e outros espetáculos ao vivo
- V - Identificador da Futura Contratação: 413001-20/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Poderão se inscrever no Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações, de forma gratuita, pessoas físicas brasileiras ou estrangeiras, desde que residentes no Brasil e com documentação brasileira, com no mínimo 18 (dezoito) anos completos no momento da inscrição.

4.2. Serão aceitos trabalhos individuais ou em grupo, desde que com a identificação de um(a) único(a) autor(a).

4.3. Ficam impedidos de participar do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações:

- I - servidores(as), funcionários(as), colaboradores(as) e estagiários(as) da Anatel, incluindo os de outros órgãos em exercício na Agência;
- II - membros da Comissão Organizadora ou da Comissão Julgadora;
- III - cônjuges, companheiros(as) e parentes até o primeiro grau das pessoas enumeradas nos incisos I e II;
- IV - pessoas físicas declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
- V - pessoas físicas que tenham registros no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

4.3.1. O(A) candidato(a) que omitir informação a respeito de impedimento será automaticamente desligado(a) da premiação, sem prejuízo das medidas de responsabilização cabíveis.

4.3.2. O(A) candidato(a) que omitir informação a respeito de impedimento deverá, se for o caso, ressarcir as despesas previstas no Edital.

4.4. Os Artigos Acadêmicos e as Inovações deverão ser, obrigatoriamente, de autoria do(a) participante inscrito(a), sob pena de sua desclassificação, sem prejuízo de sua responsabilização por danos eventualmente causados, direta ou indiretamente, à Anatel e ao Ceadi.

4.4.1. Os Artigos Acadêmicos e as Inovações não poderão ser elaborados com o uso de inteligência artificial (IA) generativa ou o seu uso deverá ser declarado, devendo o(a) autor(a) apresentar Termo de Responsabilidade e Declaração de Uso de Inteligência Artificial Generativa,

conforme modelo contido no Edital.

4.4.2. É vedado ao(à) participante utilizar qualquer ferramenta de inteligência artificial (IA) generativa ou similar, sem informar à Comissão Organizadora, na forma do Edital.

4.5. As inscrições e os Artigos Acadêmicos e as Inovações deverão ser redigidos em língua portuguesa, com as exceções previstas no Edital.

4.6. A participação no Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações é voluntária e eventuais despesas com a elaboração do trabalho e entrega são de responsabilidade do(a) participante, sem possibilidade de custeio ou ressarcimento pela Anatel ou Cead.

4.7. Os(As) interessados(as) poderão concorrer em ambas as categorias de premiação.

Das Categorias e dos Temas

4.8. O Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações abrange duas categorias, conforme detalhamento a seguir:

I - “Artigos Acadêmicos”, que tem como objetivo incentivar a produção científica, com base nos temas propostos no Edital, reconhecendo os trabalhos de maior qualidade técnica; e

II - “Inovação”, que tem por finalidade estimular o desenvolvimento e criação de soluções inovadoras para desafios regulatórios ou tecnológicos identificados pela Anatel, reconhecendo os trabalhos de maior inovação, potencial de impacto setorial e geral e qualidade técnica, conforme Edital.

4.9. Cada candidato poderá apresentar no máximo 1 (um) trabalho distinto por categoria.

4.10. Para a categoria “Artigos Acadêmicos”, o(a) participante deverá optar por um dos seguintes temas:

I - Agenda 2030 e comunicações digitais: regulação e governança para ampliar participação social, reduzir desigualdades e promover sustentabilidade.

II - Governança e regulação do uso de IA em redes e serviços de comunicações digitais: transparência, responsabilização e gestão de risco; ou

III - Radiodifusão pública: expansão das redes e impactos para a democracia.

4.11. Artigos acadêmicos que não se adequem às temáticas apresentadas no Edital serão desclassificados.

4.12. Para a categoria “Inovação”, o(a) participante deverá apresentar proposta de solução inovadora relacionada aos seguintes temas, conforme desafio descrito:

I - inteligência da fiscalização;

II - jornada do provedor;

III - transparência setorial.

Nesse contexto, apresenta-se a seguinte proposição:

“SCM Regular: Inteligência Regulatória para Combate à Prestação Irregular e Regularização de Provedores de Internet”.

Descrição do Problema

A prestação irregular de serviços de telecomunicações, especialmente na banda larga fixa, compromete a concorrência, fragiliza a proteção do consumidor e dificulta a atuação regulatória. A existência de provedores que operam sem a devida regularização ou com informações cadastrais incompletas gera assimetrias competitivas, reduz a transparência do setor e amplia riscos técnicos, jurídicos e econômicos para os usuários e para o ecossistema de telecomunicações como um

todo.

Em 2025, a Anatel aprovou um Plano de Ação nacional voltado ao combate à concorrência desleal e à regularização da prestação de banda larga fixa, com medidas como notificação obrigatória para regularização, atualização cadastral, envio de informações operacionais, fiscalização continuada e aplicação de sanções em caso de descumprimento. O plano também prevê mecanismos para dar maior visibilidade aos agentes regulares perante o consumidor.

Os dados mais recentes mostram a dimensão do problema. Até maio de 2026, mais de 5 mil provedores foram excluídos do cadastro oficial por não se regularizarem no prazo estabelecido, ao mesmo tempo em que a Agência passou a realizar operações semanais de fiscalização contra prestadores irregulares, com apreensão de equipamentos e outras medidas repressivas. Esse cenário indica que o desafio não é apenas punir a clandestinidade, mas também criar meios mais eficientes para estimular, facilitar e monitorar a regularização dos novos entrantes e dos pequenos prestadores.

Lacuna de Inovação

Embora já existam iniciativas regulatórias e fiscalizatórias em curso, ainda há espaço para soluções inovadoras que permitam:

- I - identificar indícios de prestação irregular de forma mais rápida;
- II - facilitar a jornada de regularização de novos provedores;
- III - reduzir barreiras burocráticas e informacionais para entrada regular no mercado;
- IV - aperfeiçoar o acompanhamento cadastral e operacional dos prestadores;
- V - orientar o consumidor sobre a diferença entre provedores regulares e irregulares;
- VI - apoiar ações de fiscalização com priorização por risco.

Hoje, parte relevante do problema decorre não apenas da clandestinidade deliberada, mas também da ausência de instrumentos simples, digitais e escaláveis para triagem, orientação, regularização assistida e monitoramento contínuo dos provedores de pequeno porte. Pequenos provedores têm peso expressivo no mercado de banda larga e a regularização pode ampliar segurança jurídica, qualidade do serviço e equilíbrio concorrencial.

Desafio Proposto

O desafio consiste em desenvolver solução tecnológica, operacional ou regulatória capaz de **prevenir, identificar e reduzir a prestação irregular de serviços de telecomunicações**, bem como **estimular e facilitar a regularização de novos provedores de internet**, especialmente no âmbito da banda larga fixa.

A proposta poderá contemplar, entre outros elementos:

- I - sistemas de detecção de indícios de operação irregular;
- II - painéis de inteligência para fiscalização orientada por risco;
- III - soluções digitais de apoio à regularização cadastral e operacional;
- IV - ferramentas de *onboarding* regulatório para novos provedores;
- V - mecanismos de classificação de conformidade;

- VI - modelos de comunicação simplificada com pequenos prestadores;
- VII - instrumentos de orientação ao consumidor sobre regularidade do provedor;
- VIII - soluções para acompanhamento de prazos, pendências e requisitos regulatórios;
- IX - avaliação da origem lícita dos equipamentos utilizados pelos provedores;
- X - mecanismos para regularização das obrigações trabalhistas;
- XI - Mapeamento do mercado de atacado dos provedores de conexão.

Questão

Quais soluções tecnológicas, operacionais ou regulatórias podem ser adotadas para ampliar a identificação da prestação irregular de serviços de telecomunicações e, ao mesmo tempo, facilitar a regularização de novos provedores de internet, promovendo concorrência leal, proteção ao consumidor, verificação da origem lícita dos equipamentos, regularização das obrigações trabalhistas, mapeamento da capacidade dos provedores de atacado e o fornecimento de conexão e maior efetividade regulatória?

4.13. Inovações que não se adequem a atender os desafios apresentados no Edital serão desclassificadas.

Sustentabilidade:

4.14. A presente contratação também está alinhada com o [Plano Diretor de Logística Sustentável da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel](#) para o biênio 2025-2026, aprovado por meio da [Resolução Interna Anatel nº 453, de 30 de junho de 2025](#).

4.15. A submissão de Artigos Acadêmicos e Inovações dar-se-á por meio eletrônico, não se verificando critérios de sustentabilidade aplicáveis no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU](#).

4.16. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU](#):

- a) Adoção de meios integralmente eletrônicos para inscrição, submissão, avaliação e comunicação com participantes;
- b) Emissão preferencial de certificados em formato digital;
- c) Redução de materiais impressos e priorização de materiais recicláveis na cerimônia de premiação, se houver.

Subcontratação

4.17. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.18. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.19. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Margem de Preferência:

4.21. Tendo em visto que o objeto se destina a pessoas físicas, não se aplica o enquadramento em margem de preferência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Da Submissão dos Artigos Acadêmicos e Inovações

5.2. O período para inscrição e envio dos trabalhos terá início e fim previsto no Edital .

5.3. É considerada como data de inscrição, a data do envio do formulário de inscrição, sendo rejeitadas as inscrições enviadas após a data e hora limite estipuladas.

5.4. Os trabalhos devem ser enviados exclusivamente por meio de formulário eletrônico específico, disponível na página do Ceadí na Internet.

5.5. No formulário de submissão do Artigo Acadêmico ou da Inovação, o(a) participante declarará, em campo próprio, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e que cumpre plenamente os requisitos definidos no instrumento convocatório;

b) que não fez uso de inteligência artificial (IA) generativa para elaboração de Artigo Acadêmico ou Inovação apresentados com o intuito de participar da 3ª Edição do Prêmio Mérito Rondon, ou o seu uso deverá ser declarado, devendo o(a) autor(a) apresentar Termo de Responsabilidade e Declaração de Uso de Inteligência Artificial Generativa, conforme modelo contido no Edital;

c) que o Artigo Acadêmico ou a Inovação submetidos no ato de inscrição ao Prêmio é, de sua autoria, não havendo sido publicado em meio impresso ou eletrônico, tais como livros, revistas acadêmicas e outros periódicos de grande circulação, nem ter sido submetido a periódico ou constar em processo de avaliação para fins de publicação;

d) que o Artigo Acadêmico ou a Inovação não constituem plágio, total ou parcial, estando ciente da possibilidade de aplicação de sanções administrativas e judiciais, caso seja constatada qualquer forma de plágio, bem como que tem ciência do que preveem o art. 184, do Código Penal, e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, sobre os Direitos Autorais;

e) que assume total responsabilidade pela veracidade das informações e pelos documentos apresentados; e

f) que concorda com o Termo de Cessão de Direitos Patrimoniais de Autor(a), constante do Edital.

§ 1º Todos os trabalhos escritos deverão ser escritos e apresentados em arquivo no formato “pdf”, de forma anônima, sendo vedada qualquer característica que possa identificar o autor da obra, como identificação pessoal no título do documento, em seu conteúdo ou em seus metadados, e os dados da inscrição, sob pena de não serem aceitos para avaliação.

§ 2º No caso de proposta de Inovação, devem ser anexados todos os arquivos necessários para a compreensão da solução sugerida.

§ 3º No ato da inscrição do trabalho, deverão ser indicadas as seguintes informações:

I - categoria de premiação escolhida;

II - nome completo dos(as) autores(as) do Artigo Acadêmico ou da Inovação, acompanhado de dados de identificação (RG ou equivalente ou Passaporte, CPF e endereço) e de documentação correspondente, enviados em único arquivo, por representante do grupo;

III - mini-currículo atualizado dos(as) autores(as);

IV - endereço eletrônico de todos(as) os(as) autores(as) do trabalho;

V - identificação do(a) representante do grupo, dentre os(as) autores(as) do trabalho, no caso de coautoria.

5.6. Serão desclassificadas submissões realizadas fora do prazo ou sem os anexos necessários.

5.6.1. Em nenhuma hipótese serão aceitos trabalhos apresentados por meio diverso daquele disposto no Edital e no Termo de Referência.

5.6.2. Serão desclassificados os trabalhos enviados sem identificação da categoria para a qual está concorrendo ou que não tenham atendido a todos os requisitos dispostos neste Edital.

5.7. Os Artigos Científicos submetidos para avaliação deverão:

I - atender aos requisitos de ineditismo, autoria, solidez metodológica e fundamentação técnico-científica, não publicado em meio impresso ou eletrônico, tais como livros, revistas acadêmicas e outros periódicos de grande circulação, nem ter sido submetido a periódico ou constar em processo de avaliação para fins de publicação, sob pena de desclassificação;

II - ser escritos na seguinte formação:

a) Tamanho do arquivo: de 15 a 25 páginas, numeradas, incluindo elementos pré-textuais, notas de rodapé e bibliografia;

b) Alinhamento: justificado;

c) Fonte: texto em fonte Times New Roman, normal, tamanho 12, na cor preta; título, na mesma fonte, tamanho 14; corpo de texto e citações, na mesma fonte e tamanho 10, na cor preta; e notas de rodapé na mesma fonte e tamanho 9, na cor preta (não utilizar notas de fim);

d) Espaçamento entre linhas: 1,5;

e) Citações: entre aspas – quando ultrapassar três linhas, usar recuo de 4 cm (nesse caso, não usar aspas); caso haja destaque em citação, indicar “grifo nosso”, se for do(a) autor(a) do Artigo Científico, e “grifo do(a) autor(a)”, se for do(a) autor(a) citado(a) (original);

f) Destaques em itálico (não utilizar negrito e sublinhado);

g) Título do Artigo em português;

h) Título do Artigo em inglês;

i) Lista de 5 palavras-chave em português

j) Lista de 5 palavras-chave e em inglês;

k) Resumo do Artigo em português com, no máximo, 10 linhas;

l) Resumo do Artigo em inglês com, no máximo, 10 linhas; e

m) Margens: superior e inferior de 2,0 cm, esquerda e direita de 3,0 cm.

III - ter o arquivo nomeado com o título do Artigo, em caixa alta;

IV - ser inscritos em formato anônimo e sem qualquer outra informação que possa identificar o(a) autor(a), sob pena de desclassificação;

V - incluir na capa do trabalho as seguintes referências: a identificação "Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações", o título do trabalho e o tema escolhido, dentre os listados no Edital.

VI - obedecer à NBR 10719 (Apresentação de relatórios técnico-científico), à NBR 10520 (Citação em documentos) e à NBR 6023 (Referências), todas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

VII - utilizar citações na forma estipulada pelas normas da ABNT, com utilização do

sistema numérico, sem emprego de citações em sistema autor-data; e

VIII - conter referências bibliográficas no final do trabalho, também nos termos definidos pela ABNT.

5.8. As Inovações deverão responder aos desafios descritos no Edital.

5.9. Os recursos utilizados podem ser textos descritivos com a proposta conceitual da solução, bem como plataformas, algoritmos de busca e organização, sistemas de consultas, aplicações, painéis de controle e mecanismos de visualização de dados ou outras soluções de ciência de dados e inteligência artificial que ajudem a produzir, captar, interpretar e comunicar dados.

5.10. As Inovações devem ser funcionais e estar acessíveis na Internet, devendo o endereço eletrônico para acesso ser informado no formulário eletrônico de inscrição.

5.11. Também serão aceitas propostas apresentadas em formato conceitual, desde que passíveis de implementação.

5.12. A Inovação sediada na Internet deverá omitir o nome dos(as) autores(as) durante o período de realização do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações. Não sendo tecnicamente possível a omissão do nome dos(as) autores(as) na solução disponível na internet, deverá ser encaminhada ao Ceadi justificativa da situação por meio do endereço eletrônico premiorondon2026@anatel.gov.br, dentro do período de inscrições.

5.13. Os custos para o desenvolvimento e entrega das Inovações são de integral responsabilidade dos(as) proponentes.

5.14. Não serão permitidas alterações posteriores ao envio dos trabalhos submetidos.

5.15. O plágio, em qualquer forma, resultará na exclusão do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações.

5.16. O Ceadi encaminhará confirmação de recebimento da mensagem de encaminhamento do trabalho, cabendo ao(à) candidato(a) o ônus de contatar o Ceadi caso não receba tal confirmação até dois dias úteis seguintes ao envio do trabalho.

5.17. Os dados pessoais solicitados para fins de submissão do Artigo Acadêmico ou da Inovação serão utilizados exclusivamente para o processamento das suas avaliações.

5.17.1. Com a submissão do Artigo ou da Inovação, o(a) titular dos dados consente com tal uso ao incluir e compartilhar seus dados pessoais com o Ceadi, na forma do Anexo IV.

5.17.2. Resguarda-se aos titulares o exercício das faculdades previstas na Lei Geral de Proteção de Dados.

5.18. Na submissão dos trabalhos, os(as) autores(as) são responsáveis por reconhecer e revelar eventuais conflitos de interesse que possam ter influenciado na sua elaboração, podendo tais conflitos serem de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica e financeira, dentre outros.

5.19. Caso haja financiamento de atividade ou pesquisa que, de alguma forma, tenha resultado no trabalho submetido, deverão ser indicadas as fontes financiadoras e as circunstâncias do financiamento em nota de rodapé no início do texto.

5.20. A premiação em dinheiro do trabalho, em quaisquer das categorias premiadas e em quaisquer das colocações, implica a cessão ampla e irrestrita dos direitos de reprodução e publicação respectivas, na forma do Anexo III, sem prejuízo da menção à sua autoria, não fazendo os(as) autores(as) jus a quaisquer contrapartidas financeiras adicionais em relação ao trabalho premiado.

Da Apuração do Resultado

5.21. A avaliação das submissões, em revisão cega, será feita por Comissão Julgadora formada por membros com notório saber nas temáticas propostas e aprovados pelo Presidente do Ceadi, observando-se a promoção da igualdade de gênero na sua composição.

5.22. A Comissão Julgadora não terá conhecimento da identidade dos(as) autores(as) dos trabalhos até o final do período avaliativo.

5.23. Deverá declarar-se suspeito e abster-se de participar da avaliação de trabalho específico, o membro da Comissão Julgadora que for capaz de identificar indícios ou proceder ao reconhecimento da autoria do trabalho.

5.24. Os documentos de trabalho da Comissão Julgadora serão tratados como documentos preparatórios, de acordo com a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação, e serão mantidos em acesso restrito durante o seu desenvolvimento, sendo divulgados após a proclamação do resultado final do Prêmio.

5.25. A Comissão Julgadora adotará como critérios para a premiação as seguintes diretrizes:

I - Para a Categoria Artigos Acadêmicos:

- a) originalidade de abordagem: inovação e criatividade na maneira de tratar o tema proposto;
- b) adaptação da abordagem teórica e/ou empírica ao tema : conformidade entre o tema escolhido e as teorias ou dados utilizados para sustentá-lo;
- c) clareza dos objetivos: definição objetiva e transparente do que se pretende alcançar com o Artigo;
- d) adequação metodológica: escolha de métodos e técnicas compatíveis com o objeto de estudo e os objetivos propostos;
- e) coerência nas análises e nos resultados: harmonia lógica entre as análises realizadas e as conclusões apresentadas;
- f) consistência nas discussões: argumentação sólida e embasada nas interpretações do estudo e na literatura existente;
- g) coerência da bibliografia com o tema proposto: referências atualizadas e relevantes para fundamentar o trabalho;
- h) estruturação do texto equilibrada, incluindo organização e precisão das partes do trabalho: organização lógica e bem distribuída das seções do Artigo, promovendo fluidez na leitura;
- i) redação apropriada: uso correto da linguagem, com objetividade, clareza e fluidez textual; e
- j) uso adequado de figuras, tabelas, ilustrações e referências bibliográficas : emprego preciso e funcional de elementos visuais e citações, contribuindo para o entendimento e a credibilidade do texto.

II - Para a Categoria Inovação:

- a) efetividade em responder ao desafio proposto: avalia se a solução de fato resolve o problema ou a oportunidade identificada, se cumpre o que promete de forma prática e funcional;
- b) inovação, criatividade e singularidade da solução: analisa o ineditismo da proposta, se a solução traz uma abordagem nova, utiliza tecnologias de forma inusitada ou resolve um problema antigo de um jeito nunca pensado antes;
- c) interesse público e impacto social: mede o quanto a inovação beneficia a sociedade como um todo, por exemplo com a melhoria de serviços públicos, a promoção da cidadania, a redução de desigualdades ou qualquer ganho direto para a população brasileira;
- d) qualidade técnica: examina o rigor na construção da solução, como a robustez da aplicação, a fundamentação metodológica, a segurança da informação e a

viabilidade técnica da execução;

e) nível de maturidade: observa o estágio de desenvolvimento da inovação, que vai desde uma Prova de Conceito (PoC) até um produto minimamente viável (MVP) ou já implementado;

f) interesse setorial: verifica a relevância da solução especificamente para o ecossistema de comunicações digitais e para a missão da Anatel, se a proposta ajuda a desenvolver o setor de telecomunicações, melhora a regulação ou fortalece a infraestrutura digital do país;

g) usabilidade, experiência do usuário e visual: avalia a interface e a facilidade de uso, se a utilização da solução é intuitiva, amigável e tem design que facilita a vida de quem vai operá-la; e

h) acessibilidade: trata da capacidade da solução de ser utilizada por todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, seguindo padrões e normas técnicas de inclusão digital.

5.26. Para a Categoria Artigos Acadêmicos, a Comissão Julgadora atribuirá nota a cada iniciativa, de acordo com os critérios descritos anteriormente e as seguintes pontuações e pesos:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PESO	PONTUAÇÃO				
		1,0	0,75	0,50	0,25	0,00
a) Originalidade de abordagem	2,0					
b) Adaptação da abordagem teórica e/ou empírica ao tema	1,5					
c) Clareza dos objetivos	1,0					
d) Adequação metodológica	1,0					
e) Coerência nas análises e nos resultados	1,0					
f) Consistência nas discussões	1,0					
g) Coerência da bibliografia com o tema proposto	0,5					
h) Estruturação do texto equilibrada, incluindo organização e precisão das partes do trabalho	0,5					
i) Redação apropriada	1,0					
j) Uso adequado de figuras, tabelas, ilustrações e referências bibliográficas	0,5					
NOTA FINAL						

5.27. Para a Categoria Inovação, a Comissão Julgadora atribuirá nota a cada iniciativa, de acordo com os critérios descritos anteriormente e as seguintes pontuações e pesos:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PESO	PONTUAÇÃO				
		1,0	0,75	0,50	0,25	0,00
a) Efetividade em responder ao desafio proposto	2,0					
b) Inovação, criatividade e singularidade da solução	2,0					
c) Interesse público e impacto social	1,5					
d) Qualidade técnica	1,5					
e) Nível de maturidade	1,0					
f) Interesse setorial	1,0					
g) Usabilidade, experiência do usuário e visual	0,5					
h) Acessibilidade	0,5					
NOTA FINAL						

5.28. Para cada trabalho, conforme a categoria, deverá ser preenchido o formulário de avaliação, cujos critérios elencados anteriormente deverão ser descritos.

5.29. Os trabalhos serão avaliados por, no mínimo, 3 (três) membros da Comissão Julgadora, que atribuirão nota entre 0 (zero) e 1 (um) ponto para cada critério, sendo:

a) 1,00: atende plenamente ao critério;

b) 0,75: atende satisfatoriamente ao critério;

- c) 0,50: atende parcialmente ao critério;
- d) 0,25: atende insatisfatoriamente ao critério; e
- e) 0,00 (zero): não atende ao critério.

- 5.30. A nota final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples das notas dos avaliadores, aplicados os pesos.
- 5.31. Os trabalhos que não atenderem aos requisitos da categoria dispostos no Edital, serão desclassificadas e não será atribuída nota pela Comissão Julgadora.
- 5.32. Os resultados da avaliação serão apreciados e discutidos pela Comissão Julgadora.
- 5.33. Serão classificados trabalhos que obtiverem nota final mínima de 50% do total da pontuação, em ordem decrescente das notas finais.
- 5.34. Entende-se por trabalhos selecionados aqueles que tiverem obtido as maiores notas.
- 5.35. Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará a candidatura que tenha apresentado, respectivamente, maior pontuação dos avaliadores no Critério de Avaliação "a", maior pontuação dos avaliadores no Critério de Avaliação "b", e assim sucessivamente.
- 5.36. A Comissão Julgadora é soberana em suas decisões, contra as quais não caberá recurso.
- 5.37. A Comissão Julgadora poderá, a seu exclusivo critério, conceder menções honrosas a trabalhos não premiados, que serão divulgados na página do Ceadí na Internet.

Do Resultado e da Premiação

- 5.38. O resultado do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações será divulgado pela Internet, na página do Ceadí, na data prevista no cronograma do Edital.
- 5.39. A comunicação sobre a premiação, aos(às) contemplados(as), será informada individualmente, por meio eletrônico, até 16 de outubro de 2026.
- 5.40. A entrega dos prêmios será realizada na sede da Anatel, localizada no SAUS, Quadra 6, Blocos C, E, F e H, Brasília-DF, CEP 70070-940, sem prejuízo de eventual alteração do local de premiação, desde que realizada em Brasília-DF, em data a ser estabelecida e oportunamente informada.
- 5.41. Os trabalhos premiados serão publicados em periódico do Ceadí na sua página da Internet.
- 5.42. A Comissão Julgadora poderá, a seu exclusivo critério, decidir não conferir premiação em uma ou em ambas as categorias do Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações, caso entenda que nenhum dos trabalhos possua qualidade satisfatória ou esteja adequado aos temas propostos.
- 5.43. Serão premiados os três melhores Artigos Acadêmicos e as três melhores Inovações, totalizando 6 prêmios, distribuídos da seguinte forma:
- I - 1º lugar: premiação em dinheiro no valor de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais), livre de impostos, e Certificado de Premiação, para cada um;
 - II - 2º lugar: premiação em dinheiro no valor de R\$ 12.500 (doze mil e quinhentos reais), livre de impostos, e Certificado de Premiação, para cada um;
 - III - 3º lugar: premiação em dinheiro no valor de R\$ 7.500 (sete mil e quinhentos reais), livre de impostos, e Certificado de Premiação, para cada um.
- 5.44. As retenções tributárias relativas ao Prêmio serão custeadas pela Anatel.
- 5.45. No caso de trabalhos de coautoria, o valor do prêmio será pago pela Anatel diretamente à pessoa identificada como representante no momento da inscrição, cabendo ao representante eventual divisão do prêmio entre os membros do grupo.

Dos Requisitos Gerais

- 5.46. O(A) candidato(a), ao se inscrever, deverá assinar termo de consentimento específico de

acesso e tratamento de dados pessoais, de acordo com a LGPD, nos termos do Anexo IV, para os atos inerentes ao Prêmio Mérito Rondon 2026 - Artigos Acadêmicos e Inovações, bem como para os atos necessários à publicação da revista de trabalhos premiados do Ceadí, quando for o caso, na forma do Anexo III.

5.47. Por oportuno, reforça-se que as características principais do Prêmio Mérito Rondon constam do ato que o instituiu, o já citado Despacho Decisório nº 5/2023/CEADI (11180989). São elas: (i) seu objetivo de estimular a pesquisa, a implementação e a divulgação da inovação no ecossistema digital; (ii) sua periodicidade anual; (iii) a exigência de edital público para cada edição; (iv) o conteúdo mínimo dos editais (categorias, temas, cronogramas, regras para participação, premiações, estímulo à inclusão social).

5.48. As datas previstas no Edital seguem o cronograma indicativo a seguir:

Atividade	Período previsto
Publicação do Edital do Prêmio Mérito Rondon	junho de 2026
Período de impugnação do Edital	12/06/2026 a 16/06/2026
Análise de pedidos de impugnação do Edital	17/06/2026 a 24/06/2026
Recebimento das inscrições e submissão de trabalhos pelos participantes	25/06/2026 a 10/08/2026
Verificação de admissibilidade	11/08/2026 a 17/08/2026
Divulgação da lista de participantes inscritos	18/08/2026
Recebimento de recursos	19/08/2026 a 21/08/2026
Análise de recursos	22/08/2026 a 31/08/2026
Divulgação da lista de inscrições homologadas	01/09/2026
Análise e avaliação dos trabalhos	02/09/2026 a 30/09/2026
Divulgação do resultado preliminar na Internet	01/10/2026
Recebimento de recursos	02/10/2026 a 06/10/2026
Análise de recursos	07/10/2026 a 14/10/2026
Divulgação do resultado final	15/10/2026
Envio da solicitação de participação na cerimônia de premiação	16/10/2026
Solenidade de premiação	novembro de 2026
Publicação dos trabalhos vencedores pelo Ceadí	dezembro de 2026

5.49. O cronograma definitivo constará do edital e poderá ser alterado, a critério da Comissão Organizadora e conforme a necessidade da Anatel, com a devida atualização do Edital e comunicação à sociedade.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.50. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão do Contrato será de responsabilidade da Assessoria Técnica (ATC), em conformidade o Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), e com as regras definidas em portaria da Agência.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Rotinas de Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.13. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.16.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.16.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.16.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada por meio de comissão julgadora, com base nos critérios definidos em Edital.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do Recebimento

7.3. O recebimento dos serviços será realizado por meio de documento informando o resultado final concurso, bem como a colocação e os prêmios a serem pagos aos(às) respectivos(as) vencedores(as).

Liquidação

7.4. Recebidas as informações bancárias dos(as) vencedores(as) do prêmio, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.5.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.5.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será

providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.10. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.11. No caso de atraso pelo Contratante, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)/365$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$

7.11.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

Forma de pagamento

7.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Reajuste

7.15. Os valores a serem pagos são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em maio de 2026, pro meio do Informe nº 35/2025/Ceadi (14900810).

7.16. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do participante, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.17. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.18. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao participante a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.19. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.20. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.21. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.22. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, observando o procedimento previsto no Manual de instrução de processos administrativos para apuração de infrações à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito da Superintendência de Administração e Finanças:

8.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, do subitem anterior, ~~acima~~ deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, do subitem anterior, deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. **Multa:**

8.2.4.1. **Moratória**, quando praticada a conduta descrita na alínea “d”, do subitem anterior, deste Termo de Referência, que pode ser convertida em multa compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato.

8.2.5. Para o cálculo da sanção devem ser observados os parâmetros e definições estabelecidos pela Metodologia de cálculo das sanções aplicáveis por infrações verificadas durante a execução de contratos administrativos regidos pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, aprovada pela [Portaria Anatel nº 2.959, de 24 de fevereiro de 2025](#).

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na inscrição dos trabalhos, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na inscrição dos trabalhos e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.11.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

8.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCURSO, com adoção do critério de julgamento pela MELHOR TÉCNICA.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço global**.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá apresentar, conforme disposições do Edital:

9.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2. cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Conforme descrito no Informe nº 35/2025/Ceadi (14900810), será pago um total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), líquidos de impostos, para cada uma das duas categorias, da seguinte maneira:

I - 1º lugar: premiação em dinheiro no valor de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais), livre de impostos, e Certificado de Premiação, para cada um;

II - 2º lugar: premiação em dinheiro no valor de R\$ 12.500 (doze mil e quinhentos reais), livre de impostos, e Certificado de Premiação, para cada um;

III - 3º lugar: premiação em dinheiro no valor de R\$ 7.500 (sete mil e quinhentos reais), livre de impostos, e Certificado de Premiação, para cada um.

10.2. Considerando-se os tributos incidentes, estima-se que o valor da contratação atinja R\$ 116.617,42 (cento e dezesseis mil, seiscentos e dezessete reais e quarenta e dois centavos).

10.3. Serão, ainda, destinados valores referentes às despesas com o deslocamento pessoal (somente passagem aérea) dos(as) premiados(as), ou seus/suas representantes, entre a cidade mais próxima à sua residência com aeroporto comercial e a cidade de Brasília-DF, e às diárias correspondentes ao período das atividades presenciais. Assim, serão custeadas pela Anatel/Ceadi as passagens e diárias do(a) primeiro(a) ao(à) terceiro(a) colocado(a), em cada categoria, para participação na cerimônia de premiação, mediante solicitação formal dos(as) vencedores(as). O custeio de diárias e passagens aplica-se somente aos(às) vencedores(as) não residentes no Distrito Federal e entorno e está limitado ao custeio de 1 (uma) pessoa por inovação ou artigo vencedor.

10.4. Destaca-se que os valores das premiações são os mesmos distribuídos por ocasião da realização da primeira e segunda edições do Prêmio Mérito Rondon, objeto dos processos 53500.045203/2023-55 e 53500.100769/2024-38.

10.5. Dessa forma, os valores estimados para fins de análise preliminar da viabilidade da contratação são de R\$ 116.617,42 (cento e dezesseis mil, seiscentos e dezessete reais e quarenta e dois centavos).

10.6. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do

Contrato.

10.7. O valor estimado da contratação será público, a fim de promover maior transparência e competitividade ao certame.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: 413001 / 41231;

II - Fonte de Recursos: 1120000000;

III - Programa de Trabalho: 24.722.2305.20ZD.0001;

IV - Elemento de Despesa: 339031 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras; e

V - Plano Interno: 20ZD00030004;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Compõem o presente documento os seguintes anexos:

12.2.1. Anexo I - Estudo Preliminar da Contratação (15532271);

12.2.2. Anexo II - Informe nº 35/2025/Ceadi (14900810).

O presente Termo de Referência segue assinado pelos membros da Equipe de Planejamento da Contratação, nos termos do art. 8º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022, e pela autoridade competente, que **aprova** o presente documento de planejamento, com fulcro no art. 7º, § 2º, da Resolução Interna nº 214, de 23 de maio de 2023, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **João Marcelo Azevedo Marques Mello da Silva, Secretário Executivo do Cead**, em 29/05/2026, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **15708654** e o código CRC **1032DA7F**.